

# Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

---

3º trimestre de 2017

**codeplan**  
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de  
Planejamento,  
Orçamento e Gestão



# **Boletim de Conjuntura do Distrito Federal**

---

**3º trimestre de 2017**

Brasília-DF, dezembro de 2017

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**Rodrigo Rollemberg**  
Governador

**Renato Santana**  
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO  
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**  
**Leany Barreiro de Sousa Lemos**  
Secretária

**COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN**  
**Lucio Remuzat Rennó Júnior**  
Presidente

**Martinho Bezerra de Paiva**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**Bruno de Oliveira Cruz**  
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

**Ana Maria Nogales Vasconcelos**  
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**Aldo Paviani**  
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

## **EQUIPE RESPONSÁVEL**

### **Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas**

**Bruno de Oliveira Cruz**

Diretor

**Clarissa Jahns Schlabitx**

Gerente de Contas e Estudos Setoriais

**Sandra Regina Andrade Silva**

Chefe do Núcleo de Contas Regionais

**Carlos Alberto Reis**

Chefe do Núcleo de Análise de Índice de Preços

**Euripedes Regina Rodrigues de Oliveira**

Economista

**João Renato Lerípio Gomes**

Pesquisador

**Larissa Maria Nocko**

Pesquisadora

---

**Revisão e copidesque**

Eliane Menezes

**Editoração Eletrônica**

Maurício Suda

# SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	5
1. INTRODUÇÃO .....	6
2. ECONOMIA BRASILEIRA.....	7
2.1. Nível de atividade .....	7
2.2. Inflação.....	8
2.3. Mercado de trabalho .....	8
2.4. Política fiscal .....	8
3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF .....	10
3.1. Segmento de Comércio .....	11
3.2. Setor Serviços .....	14
4. ANÁLISE DE PREÇOS .....	16
5. MERCADO DE TRABALHO DO DF .....	19
6. RESULTADO FISCAL DO DF.....	25
6.1. Receitas .....	26
6.2. Despesas .....	27
6.3. Resultado e meta.....	28
6.4. Sustentabilidade do endividamento.....	28

## SUMÁRIO EXECUTIVO

### **Brasil**

- A economia brasileira continua a mostrar sinais de recuperação, com avanço de 1,4% no terceiro trimestre. A Agropecuária teve crescimento de 9,1% e puxou o desempenho brasileiro, assim como o Comércio, com alta de 3,8%.
- A inflação brasileira passa por um processo de desinflação, com acumulado em 12 meses alcançando 2,54%, abaixo do limite inferior do intervalo de confiança da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- O resultado primário do governo consolidado, em setembro, foi negativo, de 2,35% do PIB de acordo com o Banco Central do Brasil. O resultado nominal, no acumulado em doze meses, registrou saldo de R\$ 567.5 bilhões (8.75 % do PIB) em setembro.
- O mercado de trabalho exhibe sinais de recuperação após longo período de deterioração. A taxa de desocupação, de acordo com a PNAD Contínua, registrou 12,4% no terceiro trimestre frente a 13,0% registrados no trimestre anterior.

### **Distrito Federal**

- O Idecon-DF estimado aponta para reduções da ordem de 0,5% no terceiro trimestre de 2017, frente ao mesmo trimestre de 2016. O PIB trimestral brasileiro, na mesma base de comparação, aumentou 1,4%.
- No DF, a Agropecuária mostrou crescimento de 7,1%, porém sua participação é de 0,3% no PIB da região, resultando em baixa influência sobre o desempenho econômico geral. A Indústria diminuiu 2,4%, e o setor de Serviços, -0,4%.
- O volume de vendas do comércio varejista registrou, no segundo trimestre de 2017, queda de 4,3%. Destacam-se negativamente *hipermercados e supermercados (-12,6%)* e o segmento de *combustíveis (-10,8%)*.
- O volume de serviços registrou queda de 12,4% no trimestre. Quase todos os segmentos de serviços apresentaram retração no período, à exceção do segmento de *serviços de informação e comunicação*, com variação nula.
- Nos nove meses de 2017, o IPCA de Brasília acumulou variação de 2,19%, ficando abaixo do registrado em 2016, de 3,8%. Os grupos de maior pressão de alta do IPCA em Brasília no primeiro semestre do ano foram: *educação, saúde e cuidados pessoais e transportes*.
- Os resultados da PED Brasília registraram diminuição da taxa de desemprego total em relação a junho quando estava em 20,0% e reduziu para 18,7%. Em setembro de 2017, o total de desocupados foi estimado em 305 mil pessoas.
- Pelos resultados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o DF acumulou um saldo positivo de 3.817 empregos formais somente no terceiro trimestre de 2017. Este é o primeiro trimestre dos últimos sete trimestres que apresentou sinal positivo, sinalizando que a economia do DF vem reduzindo sua trajetória de retração.

## 1. INTRODUÇÃO

Os números da economia do Distrito Federal no terceiro trimestre de 2017, assim como verificado nos demais trimestres do ano, continuam a mostrar sinais de uma estabilização da crise em algumas variáveis. Contudo, o cenário é ainda recessivo<sup>1</sup>. O nível de atividade econômica, medida pelo IDECON-DF, mais uma vez, mostra diminuição de volume, influenciado, principalmente, pelo setor de Serviços. Os números de pesquisas específicas também mostram este setor em plena trajetória de queda quando comparado a 2016, bem como, o Comércio, ainda que alguns segmentos já apresentem reversão da trajetória de queda.

Entre os números positivos, cita-se, novamente, o indicador de desempenho da Agropecuária, que mostrou expansão. Além disso, destaca-se a trajetória de desinflação, medida pelo IPCA, e a criação de empregos, formais e informais, na Agropecuária e em alguns segmentos da Indústria, do Comércio, e, especialmente, da Construção Civil. Note-se que, apesar de esses números sinalizarem desaceleração da queda, essas variáveis ainda não se mostram suficientes para retirar a economia do DF da crise econômica.

Esta análise de conjuntura se estrutura com uma primeira seção avaliando o cenário nacional. Em seguida, são apresentados os resultados da economia do DF, medidos por meio do IDECON-DF, e de pesquisas mensais de serviços e comércio. A situação inflacionária da região é analisada pelo IPCA em seção seguinte. Logo após, oferece-se uma análise do mercado de trabalho, avaliando os números das pesquisas disponíveis para o DF, como a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT) e do banco de dados do CAGED do Ministério do Trabalho.

---

<sup>1</sup> De acordo com o COTACE (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos) da IBRE/FGV, a economia brasileira saiu da recessão no quarto trimestre de 2016, após 11 trimestres, e que a recuperação tem sido mais lenta do que a verificada em outras recessões pela qual o país passou.

## 2. ECONOMIA BRASILEIRA

### 2.1. Nível de atividade

Os resultados apurados pelo IBGE para o terceiro trimestre de 2017 indicam continuidade no processo de recuperação da atividade na economia brasileira. Na comparação com o segundo trimestre do ano, o PIB mostrou estabilidade, com variação de 0,1%, e, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB avançou 1,4%. Já no acumulado do ano, o PIB registrou elevação de 0,6%, o que reflete na expectativa do mercado de que o produto feche o ano com crescimento de 0,89%, de acordo com o boletim Focus do Banco Central do Brasil de 1º de dezembro de 2017.

Na análise por segmentos, a Agropecuária mais uma vez desponta como responsável pela melhora da economia brasileira, com crescimento de 9,1% no terceiro trimestre comparado ao mesmo trimestre de 2016. Esse resultado advém do desempenho da lavoura sazonal e do aumento da produtividade no campo. Assim, produtos como milho, algodão herbáceo e laranja se destacam no contexto geral brasileiro.

A Indústria registrou elevação de 0,4%, primeiro resultado positivo após 13 trimestres em queda. Entre os segmentos que a compõem, a Indústria de Transformação variou 2,4%, puxada pela produção de veículos automotivos, equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos, móveis e indústrias diversas, alimentos e máquinas e equipamentos. A única queda foi registrada no setor de Construção Civil, com -4,7%, mais uma vez revelando a dificuldade do setor em se recuperar.

No segmento de serviços, a expansão de 1,0% na variação trimestral advém do bom desempenho do comércio (3,8%), atividades imobiliárias (2,1%), transporte, armazenagem e correio (1,9%), entre outros. As quedas foram registradas no setor de Informação e Comunicação (-3,0%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-0,8%). Esses setores são importantes no Distrito Federal por possuírem participação elevada na sua economia, de maneira que esse resultado tende a influenciar a recuperação econômica da região.

Pela ótica da demanda, o destaque positivo é o consumo das famílias, com variação de 2,2%, influenciado pelo processo desinflacionário, pela redução dos juros básicos e pela gradual recuperação do mercado de trabalho. Já o investimento (formação bruta de capital fixo) recuou 0,5%, mais uma vez em função do desempenho da Construção Civil. O consumo do governo diminuiu 0,6%, item que também impacta na economia do DF.

No que se refere ao setor externo, as exportações brasileiras apresentaram crescimento de 7,5% no terceiro trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto as importações variaram 5,7% na mesma base de comparação. Se, de um lado, as exportações impulsionam a produção em setores como a agropecuária e segmentos automotivos de máquinas e equipamentos, de outro, as importações de produtos de siderurgia e metalurgia, equipamentos de informática, máquinas e aparelhos elétricos refletem uma condição de aumento de consumo intermediário, criando-se, portanto, um início de ciclo virtuoso.

## 2.2. Inflação

A inflação brasileira, medida pelo IPCA, vem apresentando comportamento estável nos últimos meses, depois de um longo processo de desinflação iniciado em setembro de 2016. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, o IPCA registrou variação no acumulado do ano até setembro de 1,78%. Os grupos de *educação, saúde e cuidados pessoais e habitação* pressionam para cima o resultado enquanto os grupos *artigos de residência e alimentos e bebidas* controlam a elevação com números negativos. Os alimentos são os grandes responsáveis pelo comportamento da inflação brasileira por ter peso significativo (de mais de 1/5) na cesta de consumo do brasileiro. Assim, no acumulado em 12 meses, o índice geral registrou avanço de 2,54%. Este valor está abaixo do limite inferior da meta de inflação perseguida pelo Banco Central do Brasil de, 3,00% ao ano.

As expectativas de mercado, sintetizadas no boletim Focus do Banco Central de 1º de dezembro, apontam inflação de 3,06% em 2017 e de 4,02% em 2018. Esse aumento frente ao resultado registrado até setembro se deve à elevação de itens administrados como energia elétrica e gás de botijão e também, porque há uma expectativa de que os preços dos alimentos não apresentem queda tão relevante na próxima safra.

## 2.3. Mercado de trabalho

O mercado de trabalho parece exibir sinais de recuperação após um longo período de deterioração. A taxa de desocupação, de acordo com dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE, registrou 12,4% no terceiro trimestre frente a 13,0% registrado no trimestre anterior. Trata-se da segunda queda no indicador em dez trimestres. O nível de ocupação avançou 1,2% em relação ao trimestre anterior, gerando uma estimativa de 91.297 pessoas ocupadas. Quando comparado ao terceiro trimestre de 2016, o nível de ocupação registrou aumento de 1,6%. Esse resultado é importante porque, nesse nível comparativo, esse avanço representa o primeiro número positivo desde o terceiro trimestre de 2015.

Dados do CAGED, divulgados pelo Ministério do Trabalho (MT), reforçam o cenário de melhora no mercado de trabalho. Houve ganho líquido de 208.875 postos de trabalho formais nos primeiros nove meses do ano. Embora este resultado reflita uma geração expressiva de postos na *agricultura* (107.410), outros segmentos já despontam com recuperação do mercado, como é o caso da *indústria de transformação* e *outros serviços*.

Quanto aos rendimentos reais do trabalho principal, dados da PNAD Contínua mostram estabilidade há alguns trimestres, estimada em R\$ 2.115,00. Essa manutenção do poder de compra é um dos motivos para se observar a recuperação do consumo das famílias, refletido nas vendas do comércio. Assim, estes desenvolvimentos no mercado de trabalho reforçam o cenário de otimismo em relação à recuperação da atividade.

## 2.4. Política fiscal

No que diz respeito às contas públicas, os dados disponíveis para setembro sugerem alguma acomodação em relação a agosto. Entretanto, vale ressaltar que os desenvolvimentos na área fiscal estão fortemente ligados à condução do processo político. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 21.2 bilhões em setembro, ante R\$ 9.5 bilhões em agosto. No acumulado em doze meses, o déficit primário alcançou R\$ 152.3 bilhões (2.35% do PIB), um recuo de 0.09 p.p. do PIB em relação ao mês de agosto. Apesar do esforço do Governo Federal em reduzir gastos, o crescimento das despesas com INSS continua contribuindo para a manutenção do déficit primário em patamar elevado.

No lado financeiro, a despesa com juros nominais do setor público consolidado foi de R\$ 32 bilhões em setembro contra R\$ 36 bilhões em agosto. Contribuiu para este resultado a redução em R\$ 9 bilhões da despesa financeira do Governo Federal (R\$ 39 bilhões em agosto para R\$ 30 bilhões em setembro). Os governos regionais, por seu turno, registraram avanço na despesa financeira na passagem de agosto para setembro (de R\$ 1.7 bilhão em agosto para R\$ 4.8 bilhões em setembro). No acumulado em doze meses, observa-se redução no indicador: 6.40% do PIB em setembro ante 6.55% do PIB em agosto.

A despeito do melhor desempenho na conta financeira em setembro, a elevação na conta primária provocou aumento no déficit nominal, que passou de R\$ 45.5 bilhões em agosto para R\$ 53.3 bilhões em setembro. Entretanto, no acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$ 567.5 bilhões (8.75 % do PIB) em setembro, reduzindo-se 0.23 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

Pela ótica do estoque, a dívida bruta do governo geral alcançou R\$ 4.79 trilhões em setembro (73.9% do PIB), elevando-se 0.2 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. A dívida líquida do setor público, por sua vez, alcançou R\$ 3.3 trilhões (50.9% do PIB) em setembro, incremento de 0.7 p.p. do PIB em relação ao mês de agosto.

### 3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF

Os indicadores econômicos do DF acompanharam a crise brasileira e, desde 2015, têm registrado quedas consecutivas. A recessão impactou a economia do DF de maneira mais branda do que no restante do país, nos anos de 2015 e 2016. Contudo, em 2017, a economia brasileira vem mostrando contração maior, comparativamente, ao resultado do PIB brasileiro<sup>2</sup>, em todos os três trimestres do ano. Dessa forma, o *Idecon-DF* estimado aponta para reduções da ordem de 0,5% no terceiro trimestre deste ano, frente ao mesmo trimestre de 2016. Já o PIB trimestral brasileiro, na mesma base de comparação, aumentou 1,4%.

Esta diferença é explicada, em parte, pelos segmentos de atividade econômica do PIB brasileiro que se destacaram com forte crescimento ou recuperação, no segundo trimestre, por possuírem pouca ou nenhuma relevância efetiva no DF. Destacam-se: *Agropecuária*, *Indústria extrativa mineral* e alguns segmentos da *indústria de transformação*. Uma vez que essas atividades são pouco representativas na economia do DF, houve diminuto impacto no desempenho do trimestre.

A despeito disso, o resultado do *Idecon-DF* se mostra melhor do que o observado no mesmo trimestre do ano passado quando teve contração de 1,4%. Essa menor retração econômica advém do desempenho da *Agropecuária* e do *Comércio*, enquanto a *Indústria* brasileira continua em queda vertiginosa.

Entre os grandes setores econômicos que compõem o *Idecon-DF*, a *Agropecuária* mostrou crescimento de 7,1%. A boa safra de grãos ocorreu em praticamente todo o país, de maneira que no DF não foi diferente, embora sua participação seja de 0,3% no PIB local<sup>3</sup>, resultando em baixa influência sobre o desempenho econômico geral.

Já a *indústria* do DF reduziu 2,4%. Novamente, o segmento de *construção*, que é responsável por mais da metade do setor industrial, manteve sua trajetória de queda com -2,5%. No Brasil, a *construção* retraiu -4,7% no mesmo período, ficando claro que a crise nesse segmento é generalizada.

A *Indústria de Transformação*, que possui menor participação no DF, avançou 0,4% no terceiro trimestre de 2017. Na comparação com o Brasil, a *Indústria* brasileira mostrou menor variação, em muito devido ao perfil das atividades industriais que são realizadas na região. No Brasil, a *indústria extrativa mineral* teve crescimento de 2,4%, devido à melhora do comércio internacional do minério de ferro, do petróleo e do gás natural. E a *indústria de transformação* brasileira também teve alta de 2,4%, com a elevação de alguns segmentos industriais importantes, como a produção de *alimentos*, de *bens de capital* (máquinas e equipamentos) e *bens de consumo duráveis* (fabricação de automóveis e de equipamentos eletroeletrônicos). No DF, essas atividades possuem reduzido (ou nulo) percentual de participação na economia local, exceto a indústria alimentícia.

<sup>2</sup> Os resultados negativos podem ser observados pela evolução dos Indicadores de Desempenho da Economia do Distrito Federal (*Idecon-DF*), que é uma estimativa de medição da atividade econômica da região, mensurada pela Codeplan e que monitora a variação do volume de atividade econômica de maneira trimestral.

<sup>3</sup> A Agricultura local é desenvolvida em pequenas áreas, dada a dimensão territorial do Distrito Federal.

**Tabela 1** - Idecon-DF e PIB-Brasil: Variações trimestral dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – 3º trimestre 2016 e 2017

Setores e Atividades Econômicas	PIB - Brasil		Idecon - DF		Peso (%) das atividades
	3º TRIMESTRE 2016	3º TRIMESTRE 2017	3º TRIMESTRE 2016	3º TRIMESTRE 2017	
<b>Agropecuária</b>	<b>-3,6</b>	<b>9,1</b>	<b>-2,7</b>	<b>7,1</b>	<b>0,3</b>
<b>Indústria</b>	<b>-2,8</b>	<b>0,4</b>	<b>-2,3</b>	<b>-2,4</b>	<b>5,4</b>
Extrativa mineral	-1,1	2,4	-	-	-
Indústria de transformação	-3,7	2,4	-1,7	0,4	1,4
Construção	-5,0	-4,7	-3,9	-2,5	2,9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	6,5	0,2	-	-	-
Outros da indústria <sup>1</sup>	-	-	1,7	-6,0	1,0
<b>Serviços</b>	<b>-2,1</b>	<b>1,0</b>	<b>-1,3</b>	<b>-0,4</b>	<b>94,3</b>
Comércio	-4,5	3,8	-7,3	1,0	6,8
Serviços de informação	-1,3	-3,0	-2,5	-1,0	3,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-4,0	0,0	-3,1	-1,5	14,3
Administração, saúde e educação públicas	0,8	-0,8	-0,7	-0,8	44,7
Transporte, armazenagem e correio	-7,4	1,9	-	-	-
Atividades imobiliárias	0,0	2,1	-	-	-
Outros serviços <sup>2</sup>	-2,1	1,2	0,3	0,5	25,2
<b>Idecon-DF / PIB-Brasil</b>	<b>-2,7</b>	<b>1,4</b>	<b>-1,4</b>	<b>-0,5</b>	<b>100,0</b>

Fontes: Codeplan e IBGE

Elaboração: Codeplan/DIEPS/GECON/NUCON

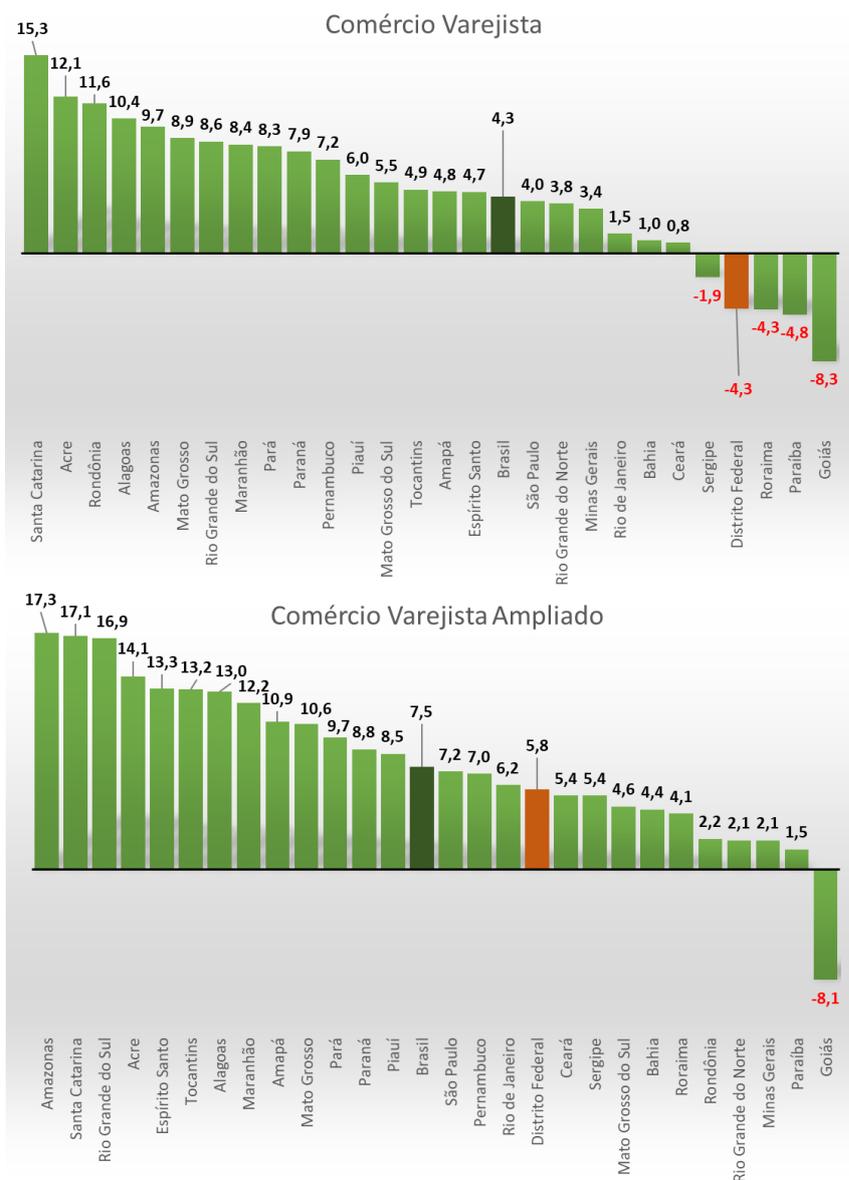
<sup>1</sup> Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.<sup>2</sup> Alojamento e alimentação; Educação e saúde mercantis; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e Serviços domésticos. O Idecon-DF inclui também Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Finalmente, o setor de *Serviços*, com maior participação na estrutura produtiva do DF, apresentou retração de 0,4%, enquanto no país houve alta de 1,0%. No DF, o *Comércio* finalmente mostrou alguma reação, com avanço de 1,0%, refletindo o poder de compra das famílias e a recuperação gradual do mercado de trabalho. Porém, quase todos os demais segmentos tiveram redução. O Brasil revela números mais positivos do setor de *Serviços*, com queda em somente dois segmentos: *serviços de informação* e *administração, saúde e educação públicas*. Este último influencia bastante a economia do DF, de maneira que uma queda, tanto em nível brasileiro como em nível regional, implica impactos negativos sobre as atividades no Distrito Federal.

### 3.1. Segmento de Comércio

Em relação ao comércio, que representa 6,8% da economia do DF, de acordo com a pesquisa do IBGE<sup>4</sup>, o volume de vendas do *comércio varejista* do Distrito Federal registrou, no terceiro trimestre de 2017, queda de 4,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No Brasil, o volume de vendas do *comércio varejista* se apresenta positivo, de forma que o DF se encontra na 24ª colocação no ranking das unidades federativas. Isto é, o *comércio varejista* do DF está entre os quatro piores resultados brasileiros verificados no 3º trimestre, ganhando apenas de Goiás (-8,3%), Paraíba (-4,8%) e Roraima (-4,3%).

<sup>4</sup> Em 11 de maio de 2017, o IBGE divulgou os resultados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), os quais contemplam indicadores que permitem acompanhar a evolução conjuntural no âmbito do comércio varejista.

**Gráfico 1** - Variação do volume de vendas no Comércio Varejista e no Comércio Varejista Ampliado – Brasil e Unidades da Federação – Média Trimestral – 3º Trimestre de 2017

Fonte: PMC/IBGE

Elaboração: Codeplan/DIEPS

<sup>1</sup> Comércio varejista ampliado inclui, além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção

Quando analisado o *Comércio varejista ampliado*, que inclui vendas de *veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção*, o quadro se inverte, e o DF passa a mostrar recuperação consistente, com elevação de 5,8% na variação trimestral e de 3,8% no acumulado em nove meses. Esse resultado posiciona a unidade federativa em décima sétima colocação no ranking brasileiro na variação trimestral, ainda abaixo da média brasileira.

**Tabela 2** - Índice de volume de vendas do comércio varejista e comércio varejista ampliado – Variação trimestral frente ao mesmo período do ano anterior (%) – Distrito Federal e Brasil – 3º trimestre de 2016 a 3º trimestre de 2017

Volume de vendas comércio varejista e comércio varejista ampliado <sup>1</sup>						
Atividades	BRASIL	DISTRITO FEDERAL				
	3º TRI 2017	3º TRI 2016	4º TRI 2016	1º TRI 2017	2º TRI 2017	3º TRI 2017
<b>Índice de volume de vendas no comércio varejista</b>	<b>4,3</b>	<b>-10,4</b>	<b>-7,4</b>	<b>-10,9</b>	<b>-4,9</b>	<b>-4,3</b>
Combustíveis e lubrificantes	-2,6	-4,2	-0,8	-6,2	-11,2	-10,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,6	-16,1	-11,7	-22,0	-8,4	-7,2
<i>Hipermercados e supermercados</i>	2,6	-16,8	-12,0	-25,7	-12,4	-12,6
Tecidos, vestuário e calçados	12,0	-6,1	-4,3	-0,9	1,4	-2,5
Móveis e eletrodomésticos	15,3	-6,6	-8,5	-0,3	6,1	13,2
<i>Móveis</i>	9,2	-29,3	-12,4	-17,3	38,4	45,1
<i>Eletrodomésticos</i>	17,2	2,7	-7,4	-9,8	0,8	8,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,9	-12,5	-10,4	-4,5	-1,0	6,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,4	-19,1	-14,5	-5,7	-2,5	-7,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1,6	1,8	18,4	29,6	7,1	-29,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,1	-6,3	-3,0	-5,1	5,7	4,2
<b>Índice de volume de vendas no comércio varejista ampliado</b>	<b>7,5</b>	<b>-12,3</b>	<b>-7,3</b>	<b>-3,1</b>	<b>8,9</b>	<b>5,8</b>
Veículos, motocicletas, partes e peças	10,4	-17,2	-9,2	3,3	37,0	19,2
Material de construção	13,1	-9,6	-0,5	23,2	24,5	28,2

Fonte: PMC/IBGE

Elaboração: Codeplan/DIEPS

<sup>1</sup> Comércio varejista ampliado inclui além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção.

Essa diferença de resultados entre o comércio varejista e o comércio varejista ampliado está relacionada ao desempenho positivo no acumulado do ano dos segmentos de *comércio de veículos e motocicletas, partes e peças* (19,2%) e o comércio de *material de construção* (28,2%). O desempenho de ambos os segmentos no Distrito Federal refletiu em parte a situação do restante do país, onde o comércio de *veículos e motocicletas* aumentou 10,4%% e o segmento de *material de construção* teve expansão de 13,1%, conforme mostra a Tabela 2. Cabe mencionar, no entanto, que parte desse resultado tem a ver mais com a recuperação do mercado do que com crescimento, uma que vez que a queda verificada nesses dois segmentos em 2016 foi bastante significativa.

Esta pesquisa é relacionada ao potencial de consumo das famílias, de maneira que resultados negativos refletem a redução da renda das famílias e do crédito – seja devido ao desemprego, seja devido à diminuição real dos rendimentos do trabalhador – e, também, expectativas pouco otimistas dos consumidores quanto ao futuro. Não apenas isso, boa parte dos segmentos desse setor tiveram reduções de preços significativas, comprovando o baixo volume de transações e sinalizando a reduzida capacidade de recompor a margem por parte das empresas. Contudo, de maneira geral, das dez atividades de comércio que compõem o índice, no Distrito Federal, sete já registram sinal positivo, indicando que a melhora tem-se disseminado no setor, ainda que de forma gradual.

### 3.2. Setor Serviços

Ademais, é possível observar na Tabela 3 a trajetória do setor de *serviços* no DF<sup>5</sup>. De acordo com o IBGE, o volume de *serviços* do Distrito Federal registrou no terceiro trimestre do ano, queda de 12,4% quando comparado ao mesmo período de 2016. Essa retração é muito maior do que a apresentada para o Brasil de -3,0%. No entanto, na variação trimestral com ajuste sazonal, os serviços registraram retração de 0,6% no Brasil e de apenas 1,6% no Distrito Federal, ratificando a lenta trajetória de recuperação.

É importante destacar que esse índice de volume, estimado pelo IBGE, não incorpora dados referentes ao setor financeiro (*intermediação financeira, seguros e previdência complementar*) – que tem peso de 14,3% na economia brasiliense –, do comércio – com peso de 6,8% (analisado em outra pesquisa) – e, também, não avalia o desempenho da *administração, saúde e educação públicas*, com participação de 44,7%. Ou seja, esses números mostram o desempenho de parte do setor de *serviços*, que representa em torno de 30% da economia do Distrito Federal.

**Tabela 3** - Índice de volume de serviços por segmentos de atividade econômica – Variação trimestral frente ao mesmo período do ano anterior (%) – Distrito Federal e Brasil – 3º trimestre de 2016 a 3º trimestre de 2017

Atividades	Volume de serviços					
	BRASIL	DISTRITO FEDERAL				
	3º TRI 2017	3º TRI 2016	4º TRI 2016	1º TRI 2017	2º TRI 2017	3º TRI 2017
<b>Volume de serviços</b>	<b>-3,0</b>	<b>-4,2</b>	<b>-5,2</b>	<b>-13,7</b>	<b>-14,1</b>	<b>-12,4</b>
Serviços prestados às famílias <sup>1</sup>	0,6	-5,9	-6,5	-21,3	-17,0	-18,0
Serviços de informação e comunicação	-4,4	-0,7	-4,0	-5,8	1,7	0,0
Serviços profissionais, administrativos e complementares <sup>2</sup>	-6,9	-10,9	-17,1	-12,9	-6,8	-7,0
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	3,9	-12,2	-8,1	-5,2	-14,6	-14,9
Outros serviços <sup>3</sup>	-8,9	8,3	12,2	-21,5	-40,2	-27,2

Fonte: PMS/IBGE

Elaboração: Codeplan/DIEPS

<sup>1</sup> Os serviços prestados às famílias incluem alojamento e alimentação e outros serviços;

<sup>2</sup> Os serviços profissionais, administrativos e complementares incluem serviços jurídicos, contábeis, de engenharia e arquitetura, de publicidade, e serviços de seleção de mão de obra, de agências de viagem, vigilância e segurança, entre outros;

<sup>3</sup> Outros serviços incluem atividades como as imobiliárias, as atividades de manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e comunicação, atividades de apoio à agropecuária e atividades de esgoto e coleta de resíduos sólidos.

Cabe destacar o desempenho negativo do segmento *outros serviços*, com diminuição de 27,2%. Esse segmento é composto por uma série de atividades econômicas, como as imobiliárias, as de manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e comunicação etc. Dessa forma, não é possível afirmar em qual dessas atividades houve a maior queda. No entanto, percebe-se que parte desse resultado está relacionada à base de comparação, que é o segundo trimestre de 2016, quando *outros serviços* tiveram variação positiva de 8,3% - que é um comportamento oposto ao do restante do país naquele período, quando o segmento já estava em retração. Nesse sentido, parte dessa variação abrupta é reflexo do comportamento anormal verificado no ano anterior.

<sup>5</sup> O IBGE divulga mensalmente os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), os quais contemplam indicadores que permitem acompanhar a evolução conjuntural no âmbito do setor de serviços no DF.

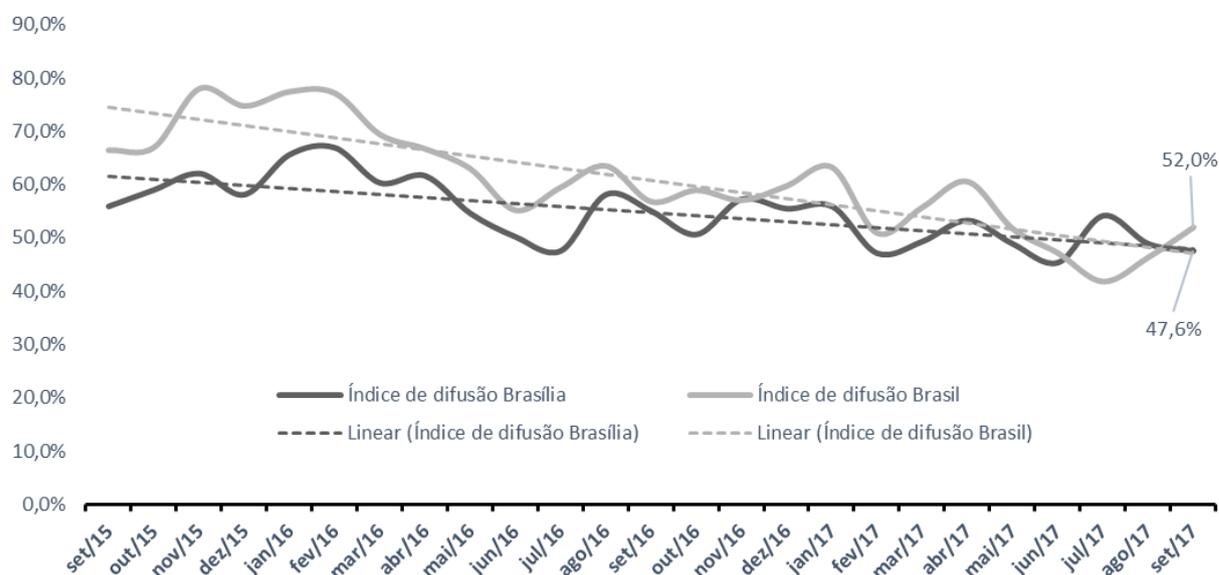
Ainda assim, há contração em segmentos que são reflexo da situação econômica do DF. As atividades de *serviços prestados às famílias* – que incluem alojamento e alimentação – mostram recuo de 18,0%, e os *transportes, serviços auxiliares de transporte e correio*, de 14,9%, no trimestre que se encerrou em setembro de 2017.

Contudo, a expectativa é de recuperação gradual da economia brasileira ao longo dos próximos trimestres. Espera-se, também, uma acomodação dessa queda nos *serviços* no Distrito Federal, sendo que já se observa reversão da trajetória nos *serviços de informação e comunicação*, que não apresentaram retração por dois trimestres consecutivos. Note-se, no entanto, que, por ser um segmento de maior peso em uma economia, os *serviços* acabam por mostrar uma dinâmica menor frente a outros setores, isto é, tende a reagir de maneira mais lenta, razão pela qual em outras atividades econômicas a recuperação é mais perceptível.

## 4. ANÁLISE DE PREÇOS

O índice de preços oficial para avaliar os impactos da inflação no poder de compra da população do DF é o IPCA pesquisado pelo IBGE. Até o final do terceiro trimestre de 2017, o IPCA de Brasília acumulou variação de 2,19%, ficando abaixo do registrado em 2016, de 3,8%. No Brasil, o IPCA acumulado no terceiro trimestre fechou em 1,78%. De acordo com o índice de difusão calculado, tanto em Brasília como no Brasil, as variações positivas de preços do IPCA têm mostrado baixa generalização, o que pode ser observado com o percentual de itens em setembro que mostraram aumento de preços, isto é, perto da metade.

**Gráfico 2** - Índice de difusão – IPCA – Brasília/DF e Brasil – setembro de 2015 a setembro de 2017



Fonte: IBGE

Elaboração: Codeplan/DIEPS com dados do IBGE

De acordo com a Tabela 4, os grupos de maior pressão de alta do IPCA em Brasília nos três primeiros trimestres do ano foram: *saúde e cuidados pessoais*, *educação* e *transportes*. O grupo de *saúde e cuidados pessoais*, com 5,19%, pressionam pelo aumento de valores em planos de saúde que possuem reajustes de preços diferenciados por aniversários de planos, de maneira que em todos os meses este grupo tende a apresentar alguma variação positiva. O grupo *educação*, com alta de 4,62%, apresenta pressão de alta sempre na primeira metade do ano, devido aos reajustes de mensalidades em cursos regulares que ocorre, em geral, no início do ano. Por fim, o grupo *transportes*, com elevação acumulada no trimestre de 4,37%, pressionou a inflação no início do ano com o aumento das tarifas de transporte urbano ocorrido em fevereiro e, durante o terceiro trimestre, com o preço da gasolina, que subiu acima da média nacional.

De outro lado, os grupos que influenciaram para baixo a inflação de Brasília foram *artigos de residência*, -2,75%, e *alimentação e bebidas*, com -1,27%. No primeiro, o grupo reflete os resultados da crise econômica na região, de maneira que os subgrupos que mais mostram queda de preços são mobiliário, com redução de 5,71%, e TV som e informática, com -5,31%, e Eletrodomésticos e equipamentos, com -2,30%. Já o grupo *alimentação e*

*bebidas* é um dos que mais pesa na cesta de consumo das famílias de Brasília, sendo de peso ainda maior na composição do INPC, que avalia o consumo das famílias que recebem até cinco salários mínimos. Dessa forma, a redução observada no IPCA e no INPC oferece um alívio para as famílias que tiveram redução de renda ao longo do período recessivo. A diminuição dos preços dos alimentos acaba sendo um dos responsáveis pelo bom comportamento da inflação de Brasília neste ano de 2017.

Como pode ser visto na Tabela 4, devido à diferença de pesos na cesta de consumo das famílias, no INPC acumulado no ano, o grupo *transportes* desponta com a maior inflação. Isso ocorre por causa do aumento das tarifas de ônibus urbano ocorrido em fevereiro e por causa dos preços da gasolina. Dessa maneira, o INPC acumulado no terceiro trimestre registrou alta de 1,96%, com pressões do grupo *transportes*, com 8,97%, do grupo *saúde e cuidados pessoais*, com 4,21%, e do grupo *educação*, com 3,26%. A pressão de baixa foi registrada no grupo de *artigos de residência*, com -2,87% e *alimentação e bebidas*, -2,07%. No Brasil, o INPC acumulou alta de 1,24% nos nove meses do ano. A grande diferença entre a inflação no DF e no país reside no grupo *transportes*, tanto para o INPC como para o IPCA.

**Tabela 4** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - Brasília - Variação acumulada no ano e Variação acumulada em 12 meses (%) – 3º trimestre de 2016 e 3º semestre de 2017

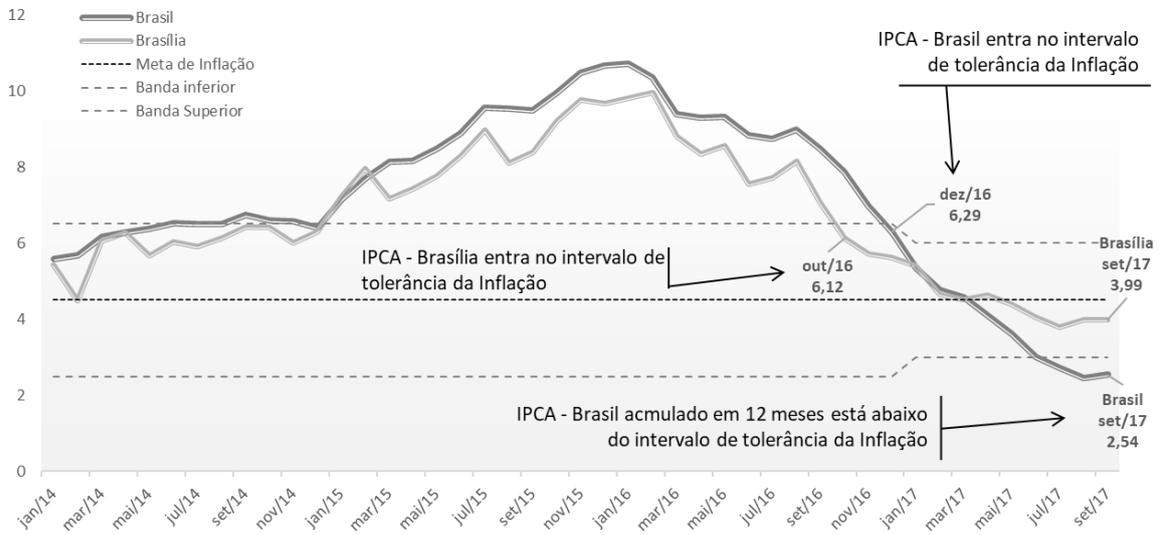
Índice geral e grupos	IPCA			INPC		
	Acumulado no ano		Acumulado em 12 meses	Acumulado no ano		Acumulado em 12 meses
	3º trimestre 2016	3º trimestre 2017	set/17	3º trimestre 2016	3º trimestre 2017	set/17
<i>Índice geral</i>	3,8	2,19	3,99	3,7	1,96	3,4
Alimentação e bebidas	7,35	-1,27	-1,34	7,48	-2,07	-1,98
Habituação	1,96	2,33	4,89	1,58	1,45	4,31
Artigos de residência	3,59	-2,75	-3,93	3,73	-2,87	-3,92
Vestuário	0,05	1,65	4,32	0,94	2,03	4,34
Transportes	-2,44	4,37	9,24	-0,88	8,97	11,89
Saúde e cuidados pessoais	8,73	5,19	6,95	7,06	4,21	5,59
Despesas pessoais	6,91	3,56	5,71	7,11	2,71	4,18
Educação	8,75	4,62	4,53	7,81	3,26	3,04
Comunicação	1,38	1,96	1,92	1,38	0,99	0,7

Fonte: IBGE

Elaboração Codeplan/DIEPS com dados do IBGE

Já o IPCA acumulado em 12 meses registrado em setembro fechou em 3,99%, bem acima do índice brasileiro que estava em 2,54%. Ainda assim, esse percentual do Distrito Federal se encontra um pouco abaixo da meta de inflação de 4,5% estabelecida para o país, indicando que a inflação da região está comportada, mesmo que acima da inflação brasileira. Já no caso do Brasil, a inflação já se encontra abaixo do limite mínimo de tolerância da inflação, de 3,00%. A trajetória de queda para atingir esse nível começou em janeiro de 2016. Como mostra o Gráfico 2, a inflação de Brasília registrou variação acumulada em 12 meses dentro do intervalo de tolerância da meta de inflação definido para o país em outubro de 2016 e a inflação brasileira, em dezembro de 2016. Esse processo bem-sucedido de desinflação tende a auxiliar na estabilização da economia.

**Gráfico 3 - IPCA - Variação percentual acumulada em 12 meses – Brasil e Brasília – janeiro de 2014 a setembro de 2017**



Fonte: IBGE

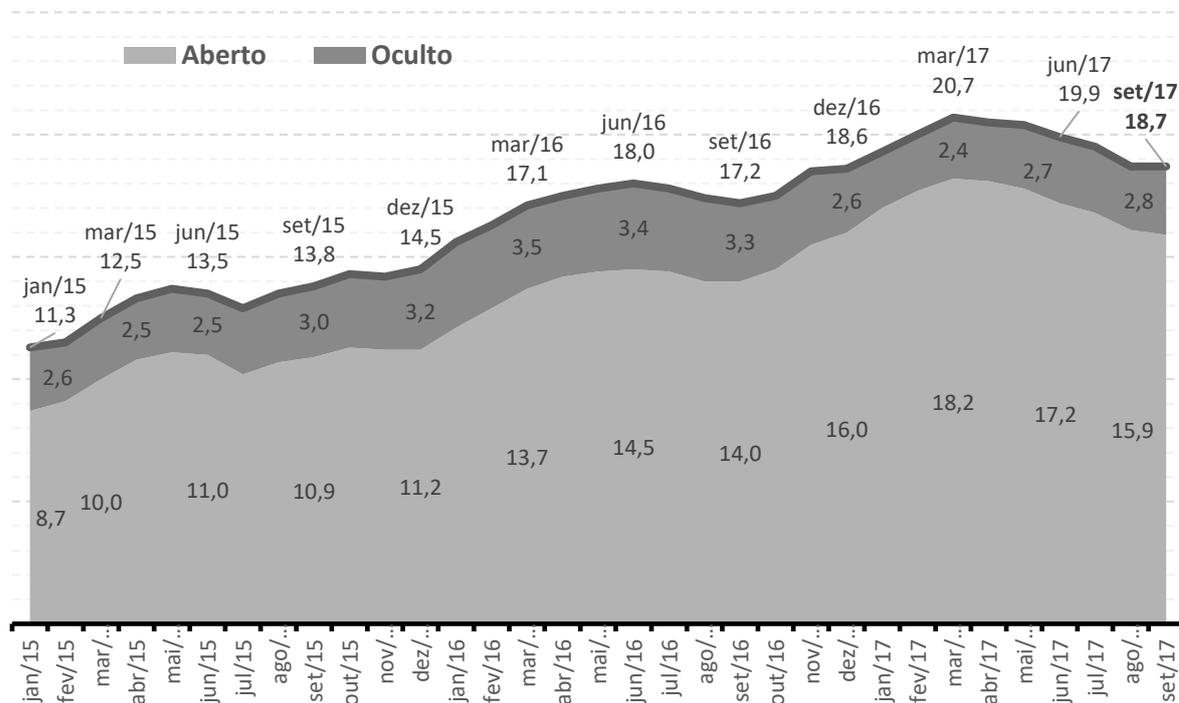
Elaboração: Codeplan/DIEPS/GECON/NUPRE

## 5. MERCADO DE TRABALHO DO DF

A leitura dos dados referentes ao terceiro trimestre do ano parece confirmar a percepção de recuperação gradual do mercado de trabalho iniciada no segundo trimestre, a exemplo do que vem ocorrendo em nível nacional. Apesar de algumas diferenças pontuais, este contexto pode ser verificado tanto nas pesquisas domiciliares – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DIEESE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT/IBGE) – como pelos registros administrativos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE).

A taxa de desemprego medida pela PED passou de 19,9% na média móvel dos três meses encerrados em junho para 18,7% na média móvel dos três meses encerrados em setembro. Mais especificamente, este resultado refletiu a redução de 1,3pp na taxa de desemprego aberto. O desemprego oculto, por seu turno, mostrou estabilidade na passagem do segundo para o terceiro trimestre, com variação de 0,1pp.<sup>6</sup> Na comparação com setembro de 2016, houve avanço de 1,5pp no desemprego total. Todavia, esse avanço foi 0,4pp menor do que o observado em junho quando comparado a junho de 2016.

**Gráfico 4** - Resultados mercado de trabalho – Taxa de desemprego (%) – total, aberto, oculto – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal – média trimestral – janeiro de 2015 a setembro de 2017



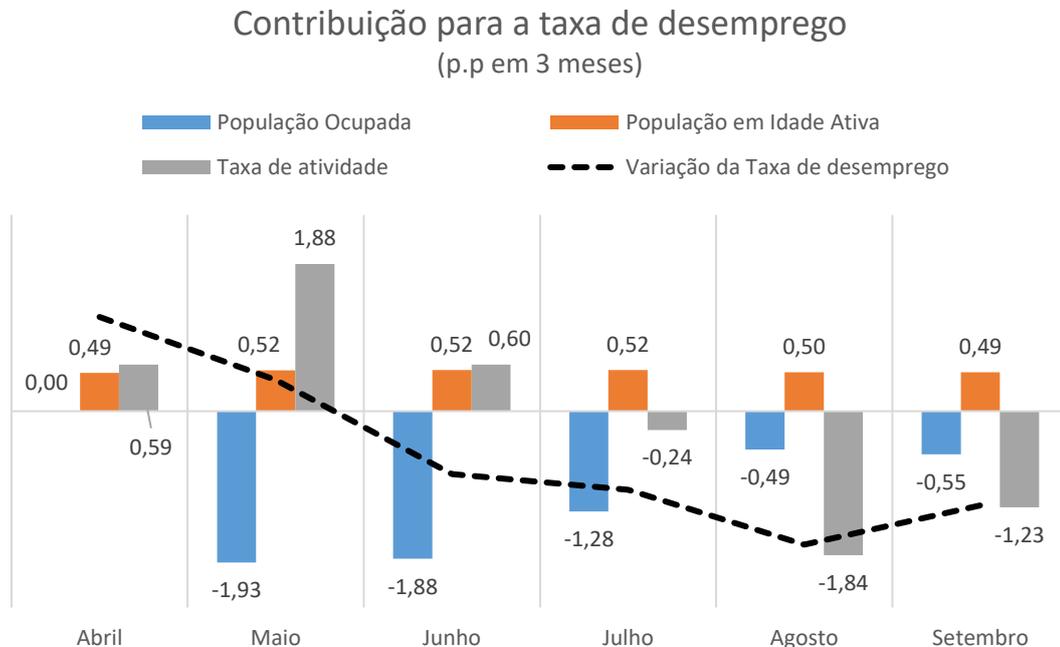
Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese  
Elaboração: Codeplan/DIEPS/GECON

Quando analisada por meio de seus componentes, nota-se que grande parte da redução na taxa de desemprego total verificada no trimestre foi reflexo da queda na taxa de

<sup>6</sup> Desemprego oculto refere-se àqueles indivíduos em trabalho precário (auto-ocupação e trabalhos descontínuos ou irregulares, por exemplo) ou que não procuraram trabalho por motivo de desalento no período de referência. Desemprego aberto, por sua vez, refere-se aos indivíduos que buscaram trabalho de maneira efetiva no período.

participação<sup>7</sup>. O exercício de decomposição da taxa de desemprego (Gráfico 2) mostra que a queda na taxa de participação contribuiu com 1.23pp para a redução na taxa de desemprego ou 70% da contribuição total para a redução do desemprego, enquanto o crescimento da população ocupada contribuiu com 0.55pp.<sup>8</sup>

**Gráfico 5** - Decomposição da taxa de desemprego por componentes: população em idade ativa (PIA), população ocupada (PO) e taxa de atividade (TA)



Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese  
Elaboração: Codeplan/DIEPS/GECON

Embora possa acender a desconfiança de que em algum momento a taxa de participação deva reverter a tendência de queda observada nos últimos meses e exercer pressão para a elevação da taxa de desemprego, é importante ressaltar que a taxa de participação observada em setembro (66,3%) é superior a 75% dos valores registrados desde novembro de 2014 e 1,1pp acima da mediana do período. Portanto, parece razoável esperar que a taxa de participação permaneça contribuindo para a redução da taxa de desemprego nos próximos meses. Ademais, não se pode ignorar que a geração de empregos tem contribuído sistematicamente para a redução da taxa de desemprego desde maio.

No que diz respeito à ocupação, a PED registrou avanço de 0,7% no número total de ocupados em setembro em relação a junho, considerada a média móvel de três meses. Por um lado, destaca-se a expansão de 3,3% no total de ocupados com carteira assinada no setor privado, o que representa vínculos de maior qualidade. Por outro lado, o aumento de 8,8% no número de trabalhadores autônomos parece sugerir alguma rigidez no mercado de trabalho formal. Todavia, vale ressaltar que esta categoria representa apenas 13% do total de ocupados. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o número de ocupados cresceu 4%, e a parcela dos assalariados no setor privado com carteira assinada aumentou 6,3%.

<sup>7</sup> A taxa de participação é a razão entre a população economicamente ativa (ocupados mais desocupados que buscam emprego) e a população em idade ativa (todos com idade igual ou acima de 15 anos). Dito de outra forma, é a oferta efetiva de trabalhadores no mercado de trabalho.

<sup>8</sup> Este exercício foi baseado no box “Decomposição da evolução da taxa de desemprego” do Relatório Trimestral de Inflação divulgado pelo Banco Central do Brasil no terceiro trimestre de 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/reliinf/port/2014/09/ri201409b1p.pdf>

Em termos setoriais, a Indústria de Transformação registrou a maior variação na comparação com junho: 6,4%. Comércio e Serviços aparecem em seguida, com aumentos de 1,7% e 0,6%, respectivamente. Apesar dos números modestos, estes dois setores representam 90% do total de ocupados no Distrito Federal, de modo que exercem impactos relevantes mesmo com variações moderadas. Com efeito, o crescimento no número de ocupados nestes dois setores somou 10 mil em setembro, mais de três vezes aquele registrado na Indústria de Transformação. Quando comparados com setembro de 16, estes números são ainda mais expressivos: crescimento de 25% na Indústria de Transformação, 9,6% no Comércio e 1,6% nos Serviços.

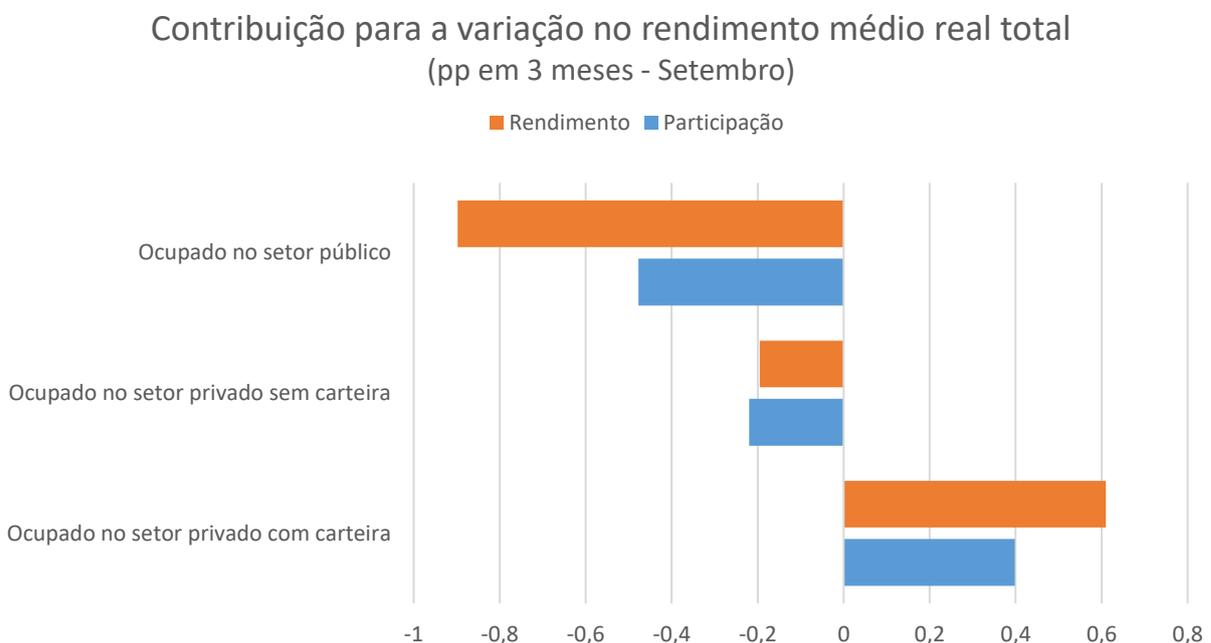
**Tabela 5** - Resultados mercado de trabalho – Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Distrito Federal – Setembro de 2017

Indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)							
				Set -2017 / Jun - 2017	Set -2017 / Set - 2016		
	Set/16	Jun/17	Set/17	Variação %	Variação Absoluta	Variação %	Variação Absoluta
Indicadores (em mil pessoas)							
<i>População</i>							
Em idade ativa	2.403	2.449	2.464	0,6	15	2,5	61
Economicamente ativa	1.544	1.648	1.634	-0,8	-14	5,8	90
Ocupados	1.278	1.320	1.329	0,7	9	4,0	51
Desocupados	266	329	305	-7,3	-24	14,7	39
Em desemprego aberto	216	284	260	-8,5	-24	20,4	44
Em desemprego oculto	51	44	45	2,3	1	-11,8	-6
Inativos com 14 anos ou mais	858	800	830	3,8	30	-3,3	-28
<i>Posição na ocupação</i>							
Total de ocupados	1.278	1.320	1.329	0,7	9	4,0	51
Total de assalariados	927	914	960	5,0	46	3,6	33
Setor privado	623	639	654	2,3	15	5,0	31
Com carteira assinada	525	540	558	3,3	18	6,3	33
Sem carteira assinada	98	99	96	-3,0	-3	-2,0	-2
Setor público	304	301	305	1,3	4	0,3	1
Autônomos	150	170	185	8,8	15	23,3	35
Empregados domésticos	84	88	82	-6,8	-6	-2,4	-2
Demais posições	117	148	102	-31,1	-46	-12,8	-15
<i>Setor da ocupação</i>							
Total de ocupados	1.278	1.320	1.329	0,7	9	4,0	51
Indústria de transformação	40	47	50	6,4	3	25,0	10
Construção	57	63	58	-7,9	-5	1,8	1
Comércio; reparação de veículos automotres e motocicletas	218	235	239	1,7	4	9,6	21
Serviços	942	950	956	0,6	6	1,5	14
Administração pública, defesa e seguridade social	210	176	189	7,4	13	-10,0	-21
<i>Rendimento médio real (em reais) dos ocupados, assalariados</i>							
Ocupados	3.623	3.668	3.594	-2,0	-74	-0,8	-29
<b>Taxas (em pontos percentuais)</b>				<b>Variação p.p.</b>			
Taxa de desemprego total	17,2	20,0	18,7	-	-1,3	-	1,4
Taxa de desemprego aberto	14,0	17,2	15,9	-	-1,3	-	1,9
Taxa de desemprego oculto	3,3	2,7	2,8	-	0,1	-	-0,5
Nível da ocupação	53,2	53,9	53,9	-	0,0	-	0,8
Taxa de participação na força de trabalho	64,3	67,3	66,3	-	-1,0	-	2,1

Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese  
Elaboração: Codeplan/DIEPS/GECON

Não obstante a elevação no número de ocupados, o rendimento médio dos assalariados sofreu redução de 2% em termos reais na passagem de junho para setembro, utilizando como referência a média móvel de três meses. Este resultado pode ser atribuído ao fato de os salários daqueles que são admitidos ou desligados serem inferiores ao salário daqueles que permanecem ocupados<sup>9</sup>. Além disso, contribuiu a diminuição tanto do rendimento médio quanto da participação relativa dos ocupados no setor público<sup>10</sup>. Por tratar-se de um grupo com maior rendimento médio e grande parcela no total de trabalhadores ocupados (cerca de um terço dos assalariados), estes movimentos acabam exercendo forte influência no rendimento médio total. Contudo, vale destacar que a categoria de trabalhadores com carteira assinada ajudou a amortecer este impacto, com contribuições positivas para o rendimento médio total tanto pelo aumento do rendimento dentro da categoria como pela elevação de sua parcela dentro do total de ocupados.

**Gráfico 6** - Decomposição do rendimento médio total em rendimento e participação, por posição na ocupação



Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese  
Elaboração: Codeplan/DIEPS/GECON

Os dados da PNAD Contínua trimestral (IBGE) referentes ao terceiro trimestre corroboram, em certa medida, a leitura da PED. Em especial, destacam-se as reduções nas taxas de desocupação e de participação em 0,8pp e 1,3pp, respectivamente, em relação ao segundo trimestre. Entretanto, diferentemente da PED, a população ocupada permaneceu estável. Deste modo, toda a diminuição observada na taxa de desocupação deveu-se exclusivamente à menor oferta de trabalho. Já na comparação com o terceiro trimestre do ano passado, houve avanço de 0,6% no número de ocupados.

Outro ponto de contraste entre as duas pesquisas diz respeito à composição da ocupação. Enquanto na PED houve elevação do número de empregados no setor privado

<sup>9</sup> De acordo com o box “Comportamento recente do rendimento do trabalho” do boletim regional do Banco Central do Brasil, divulgado em julho de 2017, os trabalhadores demitidos ou contratados recebem, respectivamente, 56% e 50% a menos que aqueles que permanecem ocupados, em média.

<sup>10</sup> Este exercício foi baseado no box “Comportamento recente do rendimento do trabalho” do Boletim Regional do Banco Central do Brasil de Julho de 2017.  
Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2017/07/br201707b2p.pdf>.

com carteira assinada e redução daqueles sem carteira assinada, na PNAD ocorreu o contrário. Mais, especificamente, na comparação com o segundo trimestre, houve redução de seis mil empregados com carteira assinada no setor privado (1,1%) contra aumento de 26 mil empregados sem carteira assinada (25,2%). Padrão semelhante pode ser observado na comparação com o terceiro trimestre do ano passado.

No que diz respeito ao rendimento médio, ambas as pesquisas apontam redução na passagem do segundo para o terceiro trimestre, embora, na PNAD, este número seja bem mais modesto e próximo da estabilidade: -0,3% contra 2% na PED.

**Tabela 6** - Resultados mercado de trabalho – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral – Distrito Federal – 3º Trimestre de 2017

Indicadores da PNAD Contínua - População de 14 anos ou mais de idade							
				3º Tri 2017 / 2º Tri 2017		3º Tri 2017 / 3º Tri 2016	
	1º Tri/ 2016	2º Tri/ 2017	3º Tri/ 2017	Variação %	Diferença	Variação %	Diferença
<b>Indicadores (em mil pessoas)</b>							
<i>População</i>							
Em idade para trabalhar	2.407	2.475	2.501	1,1	26	3,9	94
Na força de trabalho	1.616	1.647	1.632	-0,9	-15	1,0	16
Ocupada	1.422	1.431	1.431	0,0	0	0,6	9
Desocupada	194	217	201	-7,4	-16	3,6	7
Fora da força de trabalho	791	828	869	5,0	41	9,9	78
<i>Posição na ocupação</i>							
Empregado no setor privado com carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	555	546	540	-1,1	-6	-2,7	-15
Empregado no setor privado sem carteira (exclusive trabalhadores domésticos)	110	103	129	25,2	26	17,3	19
Trabalhador doméstico	106	101	102	1,0	1	-3,8	-4
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	323	315	315	0,0	0	-2,5	-8
Empregador	67	74	67	-9,5	-7	0,0	0
Conta própria	251	282	270	-4,3	-12	7,6	19
Trabalhador familiar auxiliar	10	9	7	-22,2	-2	-30,0	-3
<i>Rendimento médio real habitual (em reais)</i>							
Pessoas ocupadas (todos os trabalhos)	3.843	3.745	3.733	-0,3	-12	-2,86	-110
<i>Massa de rendimento real habitual (em milhões de reais)</i>							
Pessoas ocupadas (todos os trabalhos)	5.426	5.319	5.310	-0,2	-9	-2,14	-116
<b>Taxas (em pontos percentuais)</b>							
Taxa de desocupação	12,0	13,1	12,3	-	-0,8	-	0,3
Nível da ocupação	59,1	57,8	57,2	-	-0,6	-	-1,9
Taxa de participação na força de trabalho	67,1	66,5	65,2	-	-1,3	-	-1,9

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/ IBGE  
Elaboração: Codeplan/DIEPS

Por fim, a análise dos registros administrativos do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED/MTE) mostram avanço expressivo no mercado de trabalho formal. As admissões superaram as demissões em 3.817 na soma dos últimos três meses até setembro, com destaque para o setor de Serviços que empregou, em termos líquidos, 3.095 trabalhadores (81% do total).

O saldo positivo da indústria, por sua vez, foi quase o dobro do registrado no trimestre anterior. Mais especificamente, foram 872 admissões líquidas nos meses de julho a setembro contra 444 nos meses de abril a junho. Este resultado está associado basicamente ao setor

de Construção Civil, que registrou avanço expressivo sobre o trimestre anterior. O destaque negativo, por outro lado, foi a Indústria de Transformação, com saldo líquido de -77<sup>11</sup>. Todavia, vale ressaltar que mesmo apresentando saldo negativo na comparação com o trimestre anterior, houve avanço em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Com efeito, no acumulado em doze meses até setembro, todos os setores registraram avanço quando comparados ao acumulado em doze meses até junho.

**Tabela 7** - Saldo de vínculos empregatícios<sup>1</sup> no CAGED – Brasil e Distrito Federal – Setembro de 2017

Setores de Atividade Econômica	Variação Absoluta (pessoas) do número de empregos							
	BRASIL				DISTRITO FEDERAL			
	1º semestre	2º trimestre	3º trimestre	Em 12 meses	1º semestre	2º trimestre	3º trimestre	Em 12 meses
<b>Total de vínculos</b>	<b>86.546</b>	<b>129.823</b>	<b>95.107</b>	<b>-414.767</b>	<b>-551</b>	<b>-900</b>	<b>3.817</b>	<b>-6.264</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>120.310</b>	<b>104.583</b>	<b>-11.830</b>	<b>19.035</b>	<b>283</b>	<b>-187</b>	<b>-150</b>	<b>24</b>
<b>Indústria</b>	<b>-4.385</b>	<b>-5.708</b>	<b>58.149</b>	<b>-320.596</b>	<b>-334</b>	<b>444</b>	<b>872</b>	<b>-3.245</b>
<i>Extrativa mineral</i>	<i>-1.439</i>	<i>-370</i>	<i>-471</i>	<i>-7.502</i>	<i>-9</i>	<i>2</i>	<i>0</i>	<i>-13</i>
<i>Indústria de transformação</i>	<i>28.326</i>	<i>8.469</i>	<i>54.759</i>	<i>-107.012</i>	<i>-164</i>	<i>13</i>	<i>-77</i>	<i>-716</i>
<i>Construção Civil</i>	<i>-32.678</i>	<i>-13.695</i>	<i>6.428</i>	<i>-198.352</i>	<i>-66</i>	<i>488</i>	<i>960</i>	<i>-2.226</i>
<i>Serviços Industriais de Utilidade Pública</i>	<i>1.406</i>	<i>-112</i>	<i>-2.567</i>	<i>-7.730</i>	<i>-95</i>	<i>-59</i>	<i>-11</i>	<i>-290</i>
<b>Serviços</b>	<b>-29.379</b>	<b>30.948</b>	<b>48.788</b>	<b>-113.206</b>	<b>-500</b>	<b>-1.157</b>	<b>3.095</b>	<b>-3.043</b>
<i>Demais serviços</i>	<i>72.088</i>	<i>31.387</i>	<i>7.668</i>	<i>-78.305</i>	<i>1.681</i>	<i>-725</i>	<i>3.329</i>	<i>147</i>
<i>Comércio</i>	<i>-120.301</i>	<i>-5.261</i>	<i>40.455</i>	<i>-22.858</i>	<i>-1.652</i>	<i>80</i>	<i>-154</i>	<i>-2.532</i>
<i>Administração Pública</i>	<i>18.834</i>	<i>4.822</i>	<i>665</i>	<i>-12.043</i>	<i>-529</i>	<i>-512</i>	<i>-80</i>	<i>-658</i>

Fonte: RAIS/CAGED – Ministério do Trabalho

Elaboração: Codeplan/DIEPS

<sup>1</sup> O saldo é calculado a partir da diferença entre admitidos (+1) e demitidos (-1).

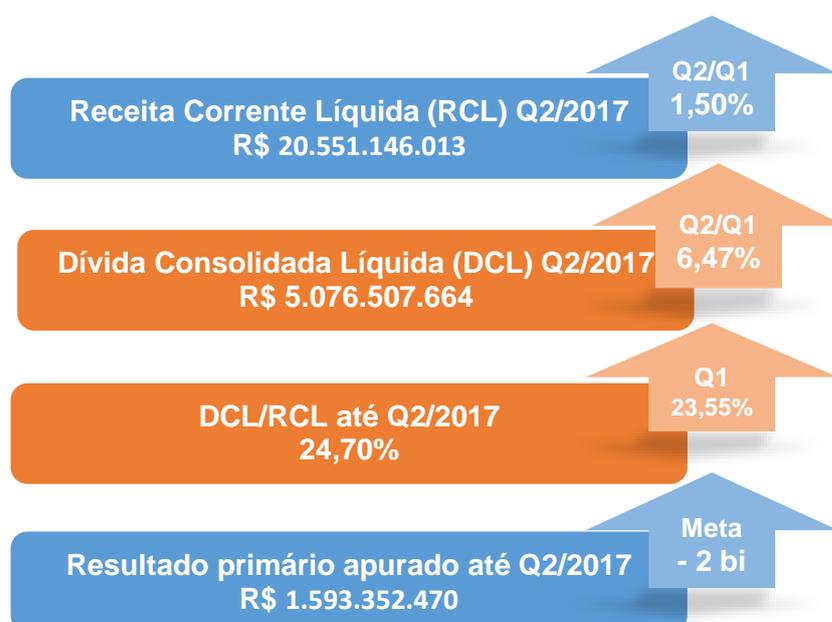
<sup>11</sup> Saldo (líquido) refere-se ao total de admissões descontadas as demissões.

## 6. RESULTADO FISCAL DO DF

Os setores de *Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social (APU)* representaram 44,7% do total do Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal em 2015. Nesses setores estão inclusos os serviços prestados e executados pela esfera federal no DF e, também, pela esfera distrital. Entretanto, a condição de Distrito Federal faz com que o peso da administração pública na economia brasiliense seja maior relativamente a outros estados, mesmo ao se retirar a participação do Governo Federal no PIB. Essa condição torna pertinente incluir a avaliação das finanças públicas distritais no contexto de uma análise de conjuntura.

Pelo lado da receita, é importante avaliar o comportamento da arrecadação de impostos estaduais e municipais como forma de sinalizar o desempenho da produção e do consumo de bens e serviços da região. Além disso, é importante identificar o papel de transferências e fundos na composição das receitas. Pelo lado da despesa, é possível acompanhar o comportamento dos gastos do governo local, avaliando seu grau de compromisso com austeridade fiscal, e se as políticas fiscais executadas estão atingindo seus objetivos. Por fim, é relevante também acompanhar sustentabilidade da dívida no longo prazo. A saúde fiscal das finanças distritais passa pela capacidade de pagamento futura a partir da avaliação das finanças no presente. Esses indicadores, quando positivos, permitem oferecer maiores oportunidades de captação de recursos para investimentos que beneficiem a população.

### Finanças Públicas do Distrito Federal



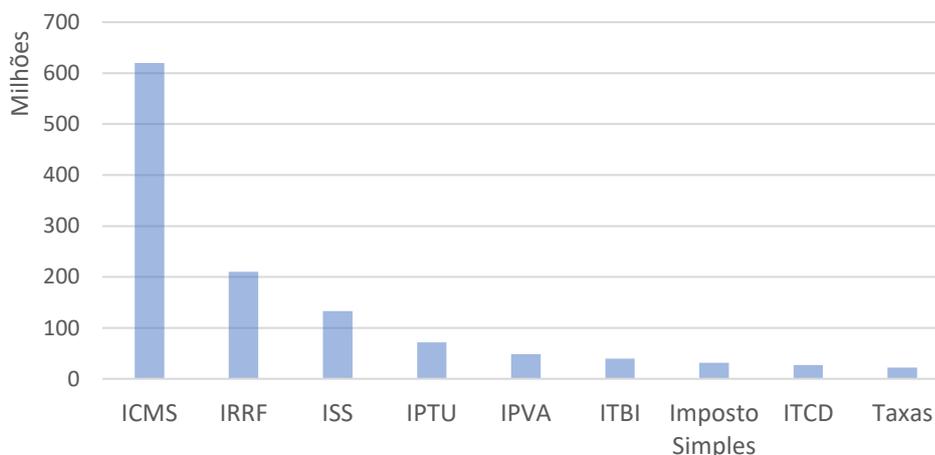
Fonte: Relatório de Gestão fiscal (RGF), 2º quadrimestre de 2017/SEF-DF  
Elaboração: Codeplan/DIEPS

## 6.1. Receitas

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Distrito Federal até o segundo quadrimestre de 2017<sup>12</sup> foi da ordem de R\$ 20,5 bi, segundo o último Relatório de Gestão Fiscal disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF-DF). Apenas no mês de agosto, essa receita foi equivalente a R\$ 1,6 bi sendo que, desse total, a receita tributária do mesmo mês correspondeu a 63,46% das receitas correntes, em um total de R\$ 1,2 bilhão. Esse valor de arrecadação representa um aumento real de 2,96% em relação ao mês anterior e de 2,20% em relação a agosto de 2016. Em linha com o restante deste boletim, esse resultado, ao incluir fontes de receita do governo distrital e federal, reflete os lentos sinais de recuperação da economia na região e no Brasil.

Assim como nas demais unidades da Federação, a principal fonte de receita corrente do Distrito Federal, segundo o Relatório Resumido de Execução Orçamentária<sup>13</sup> (RREO), é a arrecadação de Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS). O ICMS correspondeu a 51,58% do total das receitas tributárias de agosto e 32,73% do total das receitas correntes, com uma queda real de -1,93% em relação ao mês anterior. Na intenção de comparar esses valores isentos de sazonalidades, um indicativo relevante é a comparação com o mesmo mês no ano anterior, em que foi registrado aumento real de 0,49%, no ligeiro aumento do volume de transações comerciais em 2017 na economia do Distrito Federal.

**Gráfico 7** - Receita tributária de agosto de 2017, Distrito Federal



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária-RREO-4º quadrimestre de 2017/SEF-DF  
Elaboração: Codeplan/DIEPS

Diferentemente dos demais entes da Federação, o DF é uma unidade híbrida, contando tanto com competências de Estado quanto de Município. Assim, no que diz respeito às transferências da União, o DF recebe aportes relativos a essas competências acumuladas: como é o exemplo da sua cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Este último, exclusivo do DF, representa a mais importante transferência da União às contas distritais, destinada a despesas com segurança, saúde e educação. Como referência,

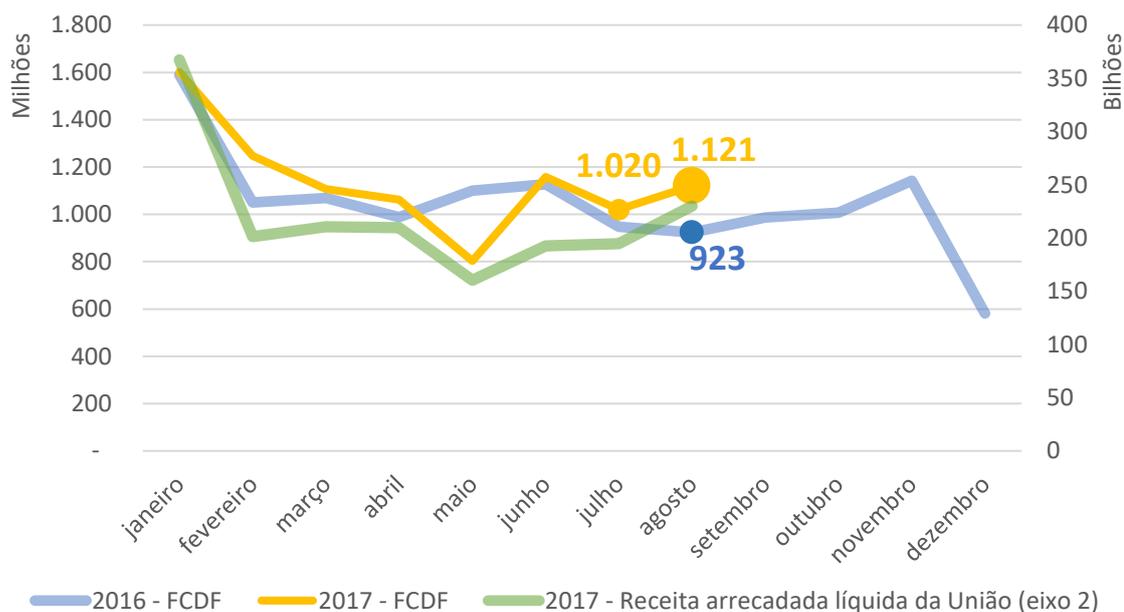
<sup>12</sup> Acumulado dos últimos 12 meses, segundo RGF relativo ao 2º quadrimestre de 2017.

<sup>13</sup> RREO relativo ao 4º bimestre de 2017, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

enquanto a Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses, divulgada no segundo quadrimestre foi de R\$ 20,5 bi, a transferência do FCDF correspondeu a R\$ 12,8 bilhões.

O Gráfico 8 mostra a evolução das transferências do FCDF em 2016 e 2017, bem como o comportamento da arrecadação líquida da União desde o início do ano. Segundo o SIGA Brasil (Senado Federal), nesse mês, as transferências do fundo corresponderam a R\$ 1,1 bi, 9,91% acima do mês anterior. Nesse sentido, nota-se uma forte similaridade do seu comportamento com o da arrecadação líquida da União.

**Gráfico 8** - Transferências do FCDF em 2016 e 2017 e arrecadação líquida da União (em valores reais de agosto/2017)



Fonte: SIGA Brasil – Senado Federal  
Elaboração: Codeplan/DIEPS

## 6.2. Despesas

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF)<sup>14</sup> indicou uma melhora na situação fiscal dos gastos com pessoal do Poder Executivo, ponto de grande relevância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No primeiro quadrimestre, o gasto com pessoal correspondia a 47,19% da receita corrente líquida e passou para 44,81%, saindo do *limite prudencial* (46,55%) para o *limite de alerta* (44,10%) da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa queda deu-se por uma diminuição de -4,67% dos gastos com pessoal e um aumento de 0,39% na receita, em termos reais. No entanto, essa melhora não foi totalmente decorrente de uma maior austeridade fiscal.

<b>(A) DESPESA BRUTA DE PESSOAL DO EXECUTIVO</b>	<b>24,6 bi</b>
<b>(B) DESPESAS NÃO COMPUTADAS</b>	<b>- 15,4 bi</b>
<b>(A - B) DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL</b>	<b>9,2 bi</b>

<sup>14</sup> RGF relativo ao 2º. quadrimestre de 2017, disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

O cálculo da *Despesa Líquida de Pessoal* é obtido a partir da *Despesa Bruta de Pessoal do Executivo*, abatidas as *Despesas Não Computadas*. Entre as contas que compõem o primeiro termo (A), houve simultaneamente uma queda de -3,32% com o *Pessoal Ativo* e um aumento de 1,24% com *Pessoal Inativo e Pensionista* do primeiro para o segundo quadrimestre de 2017, em termos reais. Já entre as contas que compõem o segundo termo (B), a de maior importância diz respeito às *Despesas com Pessoal Custeadas por Recursos do FCDF no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)* (63,26% dessas despesas não computadas), que sofreram um aumento real de 22,59% no mesmo período. Assim, parte da melhora da situação fiscal deveu-se ao aumento desse abatimento das despesas com pessoal, custeadas por recursos da União.

Outro ponto a ser observado é que, segundo o Instituto Fiscal Independente (IFI), diante dos obstáculos impostos pelo baixo desempenho das receitas e pela dinâmica de gastos com pessoal, desde o final de 2014 os investimentos dos governos estaduais foram penalizados, correspondendo a 0,4% do PIB em junho de 2017. No DF, os investimentos corresponderam a mais da metade das despesas de capital até o 4º bimestre de 2017 e 2016 (55,16% até o 4º bimestre de 2016 e 60,29% até o 4º bimestre de 2017), com uma participação tímida, porém crescente, como proporção das despesas primárias totais (1,53% até o 4º bimestre de 2016 e 2,71% até o 4º bimestre de 2017), segundo o último Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

### 6.3. Resultado e meta

No que diz respeito ao resultado primário até o 4º bimestre de 2017, este correspondeu a R\$ 1,6 bi, com uma receita primária total de R\$ 13,3 bi e uma despesa primária total de R\$ 11,7 bi, sendo que a meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o período de referência foi de R\$ - 2 bi, indicando uma posição significativamente mais favorável que a estabelecida na meta.

### 6.4. Sustentabilidade do endividamento

Um dos mais importantes indicadores fiscais dos entes federativos é a proporção da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL), acompanhada no período de 12 meses. Essa proporção estava em 23,55% até o 1º quadrimestre de 2017, passando para 24,70% no segundo quadrimestre de 2017, patamares distantes do *limite de alerta* (180%) e do *limite por resolução do Senado Federal* (200%). Apesar de indicar uma deterioração no último período, essa proporção foi de 29,89% no 3º trimestre de 2016, sendo o ponto mais alto da última década.

Por fim, numa outra ótica da saúde fiscal, a avaliação da Capacidade de Pagamento dos entes (CAPAG), realizada pelo Tesouro Nacional, é um dos pontos analisados como pré-requisito para concessão de aval para contratação de operações de crédito (Figura 1). O Distrito Federal obteve, segundo boletim<sup>15</sup>, a sinalização *B-* desde 2015, indicando uma saúde fiscal suficiente para receber garantia da União, ainda que em um patamar frágil. Trata-se do limite inferior da sinalização dos entes classificados como aptos a receber a garantia.

<sup>15</sup> Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais – 1ª. versão, Secretaria do Tesouro Nacional.

**Figura 1** - Sinalização da Capacidade de Pagamento (CAPAG) da Secretaria de Tesouro Nacional - Unidades Federativas – 2014 a 2017

UF	2014*	2015	2016	2017
AC	B -	C+	C	C
AL	-	D+	C-	C
AM	B+	B	B-	B
AP	-	B-	B-	B-
BA	B	B	B-	B-
CE	B	B-	B-	B
DF	B	B-	B-	B-
ES	-	B	B	B
GO	-	D+	D+	C-
MA	-	B-	B-	B-
MG	C	D+	D	D+
MS	-	D+	C-	C-
MT	-	B-	B-	C+
PA	-	B+	B+	B+
PB	B-	B-	C+	B-
PE	-	B-	B-	B-
PI	-	B-	C+	B-
PR	C+	C+	B-	B-
RJ	D	D	D	D
RN	-	B-	C+	C+
RO	-	B	B-	B+
RR	-	B	B	B-
RS	C-	D+	D	D+
SC	C+	C	C	C
SE	C	C+	C+	B-
SP	C	C-	C-	C-
TO	B+	B	B-	B-

Fonte: Extraído de Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais – 1ª. versão, Secretaria do Tesouro Nacional.

**Companhia de Planejamento  
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal  
SAM, Bloco H, Setores Complementares  
Ed. Sede Codeplan  
CEP: 70620-080 - Brasília-DF  
Fone: (0xx61) 3342-2222  
[www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)  
[codeplan@codeplan.df.gov.br](mailto:codeplan@codeplan.df.gov.br)